



FACULDADE DO SERIDÓ (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO)

CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MODALIDADE PRESENCIAL

MARIA DO LIVRAMENTO DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS PEDAGÓGICOS NA APRENDIZAGEM  
DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

CURRAIS NOVOS/RN

2025

MARIA DO LIVRAMENTO DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS PEDAGÓGICOS NA APRENDIZAGEM DA  
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Artigo científico apresentado à Faculdade do Seridó – FAS, como requisito parcial para a obtenção de nota na disciplina de (TCC II), do curso de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Adla Emília de Macedo.

CURRAIS NOVOS/RN  
2025

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à Deus por me conduzir até aqui, a minha família por me apoiar e compreender que era um objetivo a ser alcançado, aos meus amigos de sala, por me incluírem de todas as formas durante todo o curso.

Por fim, aos gestores e professores das escolas campo de estágio e a cada mestre por sua dedicação, o meu muito obrigado.

# A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS PEDAGÓGICOS NA APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria do Livramento da Silva

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo investigar a importância dos recursos pedagógicos na aprendizagem da educação infantil, ressaltando sua contribuição para o desenvolvimento integral das crianças. A partir de um estudo bibliográfico de caráter qualitativo, fundamentado em autores como Piaget, Vygotsky, Libâneo, Kishimoto e Hoffmann, além de documentos oficiais como a BNCC (2017), analisou-se como os recursos podem potencializar a construção do conhecimento, favorecer a ludicidade e ampliar as interações sociais. Os resultados evidenciam que materiais concretos, jogos, brincadeiras, livros, fantoches e tecnologias digitais, quando utilizados de forma intencional pelo professor, promovem aprendizagens significativas, desenvolvem funções cognitivas e socioemocionais e contribuem para práticas inclusivas. Conclui-se que os recursos pedagógicos não devem ser vistos como meros acessórios, mas como instrumentos estruturantes do processo educativo, cuja eficácia depende da mediação docente e do planejamento intencional, fortalecendo a educação infantil como espaço de formação integral e de qualidade.

**Palavras-chave:** Recursos pedagógicos; Educação Infantil; Ludicidade; Mediação docente; Aprendizagem significativa.

## **ABSTRACT**

This article aims to investigate the importance of pedagogical resources in early childhood education, highlighting their contribution to children's holistic development. Based on a qualitative bibliographic study, grounded in authors such as Piaget, Vygotsky, Libâneo, Kishimoto, and Hoffmann, as well as official documents like BNCC (2017), the research analyzed how resources can enhance knowledge construction, foster playfulness, and expand social interactions. The results show that concrete materials, games, play activities, books, puppets, and digital technologies, when intentionally used by teachers, promote meaningful learning, develop cognitive and socio-emotional functions, and contribute to inclusive practices. It is concluded that pedagogical resources should not be considered as mere accessories, but as structuring elements of the educational process, whose effectiveness depends on teacher mediation and intentional planning, thus strengthening early childhood education as a space for integral and quality development.

**Keywords:** Pedagogical resources; Early Childhood Education; Playfulness; Teacher mediation; Meaningful learning.

## 1. INTRODUÇÃO

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos cognitivos, físicos, emocionais e sociais. Nesse processo, os recursos pedagógicos se apresentam como elementos estruturantes da prática docente, pois tornam as atividades mais dinâmicas, significativas e estimulantes. Como destaca, Libâneo (2013), os recursos de ensino são meios organizadores da aprendizagem e só têm valor pedagógico quando associados a objetivos claros e integrados ao processo de ensino.

Autores como Piaget (1975) e Vygotsky (1991) contribuem para essa discussão ao enfatizar que a criança aprende por meio da interação com o meio, com os objetos e com outras pessoas. A aprendizagem, portanto, não é um processo passivo, mas ativo e socialmente mediado. Para Piaget (1994) “A inteligência constrói-se por meio da ação sobre o meio e da transformação dessa ação em estruturas mentais cada vez mais complexas”. (Piaget 1994, p. 27).

De forma complementar, Vygotsky (1991, p. 97) acrescenta que a aprendizagem ocorre em cooperação, sendo possível avançar para além do que a criança faria sozinha por meio da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), definida como “a distância entre o nível de desenvolvimento real [...] e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes”.

Nesse sentido, os recursos pedagógicos, quando planejados e aplicados de forma intencional, cumprem papel fundamental para garantir que a educação infantil seja vivida de maneira significativa. A BNCC (2017) reforça esse entendimento ao destacar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, que incluem o direito de “conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se” (BRASIL, 2017, p. 36). Esses princípios convergem com a perspectiva de Kishimoto (2011), quando afirma que “o jogo, ao articular prazer e

conhecimento, constitui-se como uma das formas mais eficazes de estimular a criança em seu desenvolvimento integral”. Kishimoto (2011, p. 88)

Assim, evidencia-se que a utilização consciente e estruturada de recursos pedagógicos não apenas enriquece o processo de aprendizagem, mas também potencializa experiências que promovem autonomia, interação e desenvolvimento pleno na infância.

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo geral investigar a importância dos recursos pedagógicos no processo de ensino-aprendizagem da educação infantil, considerando sua contribuição para o desenvolvimento integral da criança. Como objetivos específicos, propõe-se: identificar os principais tipos de recursos pedagógicos utilizados na educação infantil; analisar de que forma os recursos favorecem a ludicidade, a socialização e o desenvolvimento cognitivo das crianças; e refletir sobre a intencionalidade docente na escolha, adaptação e aplicação dos recursos pedagógicos. A partir desses direcionamentos, tem-se como pergunta norteadora: como os recursos pedagógicos, quando utilizados de forma intencional e planejada, influenciam o processo de ensino-aprendizagem na educação infantil?

A relevância deste estudo reside no reconhecimento de que a utilização de jogos, brinquedos, livros ilustrados, fantoches, materiais concretos e recursos tecnológicos favorece uma aprendizagem ativa e significativa, promovendo o desenvolvimento da criatividade, da socialização, da coordenação motora e da autonomia intelectual (Kishimoto, 2011). Além disso, compreender como esses recursos podem ser integrados de maneira intencional e qualificada ao currículo da educação infantil contribui para a formação de professores reflexivos, capazes de promover uma educação inclusiva e de qualidade desde os primeiros anos escolares. Nesse sentido, como afirma Hoffmann que “a mediação pedagógica consciente exige do professor uma ação planejada, na qual os recursos sejam utilizados para provocar a investigação, a reflexão e o pensamento crítico” (Hoffmann, 2003, p. 49). Assim, reforça-se que o uso criterioso de materiais pedagógicos não apenas enriquece as práticas educativas, mas também potencializa a construção de experiências significativas que favorecem o

desenvolvimento integral das crianças. Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada no levantamento bibliográfico de autores clássicos como Piaget, Vygotsky e Libâneo, além de contribuições contemporâneas como Kishimoto e Hoffmann, bem como documentos oficiais como a BNCC (2017).

O estudo bibliográfico permite reunir, analisar e sistematizar diferentes concepções já consolidadas na literatura acadêmica, possibilitando compreender o papel dos recursos pedagógicos no desenvolvimento infantil. A análise foi organizada em quatro eixos principais: a construção do conhecimento na infância segundo Piaget; a mediação e a ZDP em Vygotsky; a ludicidade e o brincar como estratégias pedagógicas em Kishimoto e na BNCC; e o papel do professor e a intencionalidade pedagógica com base em Libâneo e Hoffmann.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A Construção do Conhecimento na Infância segundo Piaget**

O pensamento piagetiano ocupa lugar de destaque nos estudos sobre o desenvolvimento infantil, sendo fundamental para compreender como ocorre a aprendizagem nos primeiros anos de vida. Para Piaget (1975), o desenvolvimento cognitivo da criança se dá a partir de estágios, nos quais o sujeito interage ativamente com o meio, reorganizando estruturas mentais e construindo novos esquemas. A criança, portanto, não é um receptáculo passivo de informações, mas um agente ativo no processo de aprendizagem.

Segundo Piaget (1994), o conhecimento é fruto de uma interação constante entre sujeito e objeto, em que “a inteligência se constrói por meio da ação sobre o meio e da transformação dessa ação em estruturas mentais cada vez mais complexas” (Piaget, 1994, p. 27). Assim, os materiais concretos, jogos e objetos de manipulação cumprem papel central no processo de assimilação e acomodação, conceitos-chave na teoria piagetiana.

De acordo com Piaget (1975), a assimilação ocorre quando a criança incorpora novas experiências a esquemas mentais já existentes, enquanto a acomodação refere-se à modificação desses esquemas diante de situações que não podem ser explicadas pelos conhecimentos prévios. Nesse processo dialético, os recursos pedagógicos atuam como catalisadores, pois permitem à criança experimentar, manipular e refletir sobre diferentes situações, promovendo a construção ativa do saber.

Sob a ótica de Libâneo (2013) corrobora essa perspectiva ao destacar que o uso de materiais didáticos deve estar articulado a objetivos pedagógicos claros, de modo a favorecer a organização e sistematização do conhecimento. Para o autor, “os recursos pedagógicos não podem ser vistos apenas como acessórios da prática docente, mas como elementos estruturantes que possibilitam ao aluno vivenciar situações reais de aprendizagem” (Libâneo, 2013, p. 45).

Nesse sentido, o brincar, os jogos educativos e os materiais manipulativos são fundamentais para o desenvolvimento infantil. Kishimoto (2011) observa que os jogos, além de promoverem prazer e engajamento, oferecem condições para que a criança exercite a lógica, a linguagem, a coordenação motora e a socialização. Para a autora, o jogo pedagógico deve ser planejado intencionalmente, de modo a integrar ludicidade e aprendizagem, permitindo que a criança construa conhecimentos de maneira significativa (Kishimoto, 2011)

A BNCC (2017) também reforça a importância da ação e da exploração no desenvolvimento infantil, ao enfatizar o direito da criança a brincar, conviver, participar e explorar o mundo ao seu redor. Esses princípios convergem com a visão piagetiana de que o conhecimento é construído a partir da experiência concreta. Desse modo, a prática pedagógica que utiliza jogos, brinquedos e recursos de manipulação está alinhada tanto às diretrizes curriculares nacionais quanto às bases teóricas construtivistas.

Portanto, pode-se afirmar que a teoria de Piaget fornece fundamentação sólida para a utilização de recursos pedagógicos na educação infantil. Ao interagir com materiais concretos, a criança não apenas exercita habilidades cognitivas, mas também amplia sua capacidade de simbolização, raciocínio lógico e autonomia intelectual. Como Piaget (1994, p. 41) salienta, “aprender é essencialmente inventar, reinventar, e não simplesmente repetir o que já foi dado”.

Nesse sentido, cabe ao professor promover situações em que a criança possa explorar, manipular e experimentar, transformando sua relação com o conhecimento em um processo ativo e significativo.

## **2.2 Mediação e Zona de Desenvolvimento Proximal em Vygotsky**

A teoria sociocultural de Lev Vygotsky trouxe contribuições significativas para a compreensão da aprendizagem e do desenvolvimento infantil. Diferente da perspectiva piagetiana, que enfatiza a interação da criança com o meio físico, Vygotsky (1991) entende que o processo de aprendizagem está intrinsecamente

ligado às interações sociais e culturais. Para o autor, o conhecimento não é construído isoladamente, mas mediado por instrumentos simbólicos, linguísticos e materiais, sendo o professor figura essencial nesse processo.

Um dos conceitos centrais da teoria Vygotskyana é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), definida como “a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela capacidade de resolver independentemente um problema, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes” (Vygotsky, 1991, p. 97). Esse conceito destaca o papel do educador e dos pares como mediadores, capazes de ampliar as possibilidades de aprendizagem da criança.

Nesse contexto, os recursos pedagógicos assumem a função de instrumentos culturais que facilitam a mediação docente. Ao utilizar jogos, brinquedos, imagens, livros ou tecnologias digitais, o professor oferece à criança meios para internalizar conceitos, ampliar seu vocabulário e desenvolver funções psicológicas superiores, como memória, atenção, raciocínio e linguagem. Segundo Vygotsky (2007), as ferramentas e signos não apenas mediam a relação do sujeito com o mundo, mas transformam qualitativamente as funções psicológicas.

Na visão de Oliveira (2010) ele reforça que os recursos pedagógicos, quando utilizados de forma intencional, favorecem a apropriação de conhecimentos socialmente construídos e contribuem para o desenvolvimento integral da criança. Para a autora, a mediação se efetiva quando o professor organiza situações de aprendizagem que possibilitem à criança avançar para além do que faria sozinha, criando oportunidades de cooperação e diálogo.

Nessa perspectiva, a linguagem ocupa lugar privilegiado como ferramenta simbólica. Para Vygotsky (1984), a linguagem é o principal mediador do pensamento e elemento central para a construção de significados. Assim, atividades que envolvem histórias, conversas e dramatizações não apenas estimulam a comunicação, mas também estruturam o raciocínio e a consciência da criança.

A BNCC (2017) reforça esse entendimento ao preconizar que a prática pedagógica na educação infantil deve estar centrada em experiências que assegurem a convivência, a participação e a exploração do ambiente. Tais experiências, quando mediadas por recursos pedagógicos adequados, garantem a aprendizagem significativa e respeitam os direitos de aprendizagem da criança.

Portanto, a teoria vygotskyana evidencia que o papel do professor é fundamental na seleção e no uso de recursos pedagógicos como mediadores culturais. Esses instrumentos, aliados à interação social, possibilitam à criança transitar daquilo que já domina para novas aprendizagens, expandindo seu desenvolvimento cognitivo e socioemocional. Como afirma Vygotsky (1991), “aquilo que hoje está na zona de desenvolvimento proximal será, amanhã, nível de desenvolvimento real”. (Vygotsky, 1991, p. 101)

Essa ideia reforça que a mediação docente e o uso intencional de recursos não apenas auxiliam na aprendizagem, mas impulsionam a formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente integrados.

### **2.3 Ludicidade e Brincar como Estratégias Pedagógicas na Educação Infantil**

A ludicidade ocupa um lugar central no processo de ensino-aprendizagem da educação infantil, sendo reconhecida como princípio norteador das práticas pedagógicas. O brincar, enquanto atividade essencial da infância, não é apenas um momento de entretenimento, mas uma oportunidade de desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional. De acordo com Kishimoto (2011), os jogos e brincadeiras constituem recursos pedagógicos privilegiados, pois favorecem a participação ativa da criança e promovem aprendizagens significativas de forma prazerosa.

Segundo a autora, “o brincar é uma atividade fundamental na vida da criança, pois é por meio dele que ela experimenta, inventa, interage e compreende a realidade” (Kishimoto, 2011, p. 34). Nessa perspectiva, o jogo pedagógico se

diferencia do jogo espontâneo, visto que é intencionalmente inserido pelo professor no planejamento didático, com o objetivo de estimular a criatividade, a socialização e o desenvolvimento de competências específicas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reforça essa concepção ao destacar que os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças na educação infantil incluem o direito de “brincar, participar, explorar, expressar-se e conviver” (BRASIL, 2017, p. 36). Isso evidencia que o brincar não deve ser visto como uma atividade secundária, mas como parte constitutiva do currículo, pois possibilita à criança aprender enquanto interage com colegas, professores e diferentes materiais.

Nesse sentido, a ludicidade contribui não apenas para o desenvolvimento cognitivo, mas também para a formação de habilidades socioemocionais. Durante os jogos e brincadeiras, a criança aprende a lidar com regras, a esperar sua vez, a resolver conflitos e a trabalhar em grupo, desenvolvendo valores de respeito e cooperação. Kishimoto (2007) salienta que o brincar potencializa a imaginação, a linguagem e a socialização, constituindo um caminho privilegiado para o aprendizado.

Do ponto de vista motor, as atividades lúdicas também são relevantes. Brincadeiras que envolvem movimentos corporais, como jogos de correr, danças e circuitos, estimulam a coordenação motora grossa, enquanto atividades de encaixe, desenho e construção desenvolvem a motricidade fina. Tais práticas, segundo a BNCC (2017), são indispensáveis para o desenvolvimento integral da criança, que deve ser compreendido em suas múltiplas dimensões.

Outro aspecto relevante é que a ludicidade permite a inclusão de todas as crianças, independentemente de suas condições cognitivas, físicas ou sociais. O uso de jogos adaptados, materiais de baixo custo e recursos tecnológicos amplia as possibilidades de participação, tornando o processo educativo mais democrático e equitativo. Nesse sentido, a mediação docente assume papel crucial, pois cabe ao professor organizar situações que unam ludicidade e aprendizagem de forma equilibrada.

Portanto, o brincar, como prática pedagógica intencional, deve ser compreendido como direito e necessidade da criança. Mais do que um recurso metodológico, ele constitui uma forma de expressão cultural e social, que contribui para a formação de sujeitos criativos, críticos e autônomos. Como sintetiza Kishimoto (2011, p. 57), “o jogo pedagógico possibilita à criança aprender com prazer, construir significados e desenvolver-se em todas as dimensões”.

Assim, ao reconhecer o brincar como prática pedagógica intencional e como direito inalienável da infância, reafirma-se a importância de criar espaços educativos que valorizem a ludicidade, a imaginação e a interação social. Essa compreensão amplia o papel da escola para além da transmissão de conteúdos, tornando-a um ambiente de formação integral, onde o aprender e o brincar se entrelaçam em experiências significativas que fortalecem o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, preparando-a para atuar de forma crítica e criativa na sociedade.

### **2.3 Ludicidade e Brincar como Estratégias Pedagógicas na Educação Infantil**

O brincar ocupa um lugar privilegiado no processo de desenvolvimento infantil e, quando intencionalmente mediado pelo professor, transforma-se em recurso pedagógico fundamental para a aprendizagem significativa. Kishimoto (2011) defende que o brincar, além de ser atividade natural da criança, é também prática pedagógica que promove múltiplas aprendizagens. Para a autora, “o jogo, ao articular prazer e conhecimento, constitui-se como uma das formas mais eficazes de estimular a criança em seu desenvolvimento integral” (Kishimoto, 2011, p. 88).

A ludicidade, nesse sentido, não deve ser reduzida ao simples divertimento, mas compreendida como estratégia que possibilita à criança experimentar, imaginar, socializar e construir significados. De acordo com Kishimoto (2007), os jogos e as brincadeiras pedagógicas favorecem tanto a aquisição de conteúdos

escolares quanto o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como a cooperação, o respeito às regras e a resolução de conflitos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) corrobora essa visão ao afirmar que o brincar é direito de aprendizagem e desenvolvimento da criança. O documento destaca que as práticas pedagógicas da educação infantil devem garantir experiências que envolvam “conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se” (BRASIL, 2017, p. 36). Nesse sentido, a BNCC coloca a ludicidade no centro do currículo da educação infantil, reconhecendo-a como via privilegiada de desenvolvimento.

A utilização de jogos e brincadeiras intencionalmente planejados permite que a criança desenvolva diferentes dimensões de forma integrada. Do ponto de vista cognitivo, a resolução de problemas em jogos estimula o raciocínio lógico e a criatividade. No aspecto motor, atividades como danças, circuitos ou jogos de encaixe trabalham a coordenação ampla e fina. Já no âmbito social e emocional, o brincar favorece a convivência, a negociação e a empatia.

Além disso, a ludicidade promove inclusão ao possibilitar que todas as crianças participem ativamente, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais. Jogos adaptados, materiais simples ou confeccionados a partir de recursos recicláveis, bem como o uso de tecnologias digitais, ampliam as oportunidades de engajamento e participação.

Portanto, é possível afirmar que o brincar, quando valorizado como prática pedagógica, é capaz de unir prazer e aprendizagem, constituindo um espaço rico para o desenvolvimento integral da criança. Como sintetiza Kishimoto (2011, p. 57), “o jogo pedagógico possibilita à criança aprender com prazer, construir significados e desenvolver-se em todas as dimensões”. Assim, a ludicidade deve ser assumida como princípio pedagógico estruturante, garantindo que a infância seja vivida em sua plenitude e em consonância com os direitos de aprendizagem assegurados pela BNCC.

## **2.4 O Papel do Professor e a Intencionalidade na Escolha dos Recursos Pedagógicos**

O papel do professor na educação infantil vai muito além da transmissão de conteúdos: ele é mediador do processo de aprendizagem, responsável por planejar, selecionar e aplicar recursos pedagógicos de forma intencional e contextualizada. A intencionalidade, nesse sentido, refere-se à capacidade do docente de utilizar os recursos não apenas como acessórios, mas como instrumentos que viabilizam experiências significativas de ensino.

Segundo Libâneo (2013), o professor deve articular os recursos ao planejamento didático, garantindo coerência entre os objetivos educacionais, os conteúdos trabalhados e as metodologias escolhidas. Para o autor, “os recursos de ensino são meios organizadores da aprendizagem e só têm valor pedagógico quando associados a objetivos claros e integrados ao processo de ensino” (Libâneo, 2013, p. 72). Dessa forma, a seleção dos materiais não pode ser aleatória, mas fundamentada em critérios pedagógicos que favoreçam o desenvolvimento integral da criança.

Hoffmann (2003) reforça essa visão ao destacar que a utilização de recursos não garante, por si só, a aprendizagem. O valor pedagógico do recurso depende da forma como ele é integrado às práticas escolares e da relação que estabelece com os saberes prévios do aluno. Para a autora, (Hoffman, 2003): “A mediação pedagógica consciente exige do professor uma ação planejada, na qual os recursos sejam utilizados para provocar a investigação, a reflexão e o pensamento crítico” (Hoffmann, 2003, p. 49). Dessa maneira, torna-se evidente que a intencionalidade docente é o elemento que transforma o recurso em ferramenta formativa, orientando sua utilização em direção ao desenvolvimento integral e ao protagonismo intelectual das crianças.

Outro aspecto fundamental diz respeito à formação docente. Para que os recursos pedagógicos cumpram sua função de mediadores culturais, o professor precisa dominar teorias do desenvolvimento infantil, metodologias de ensino e estratégias de inclusão. Isso significa compreender como diferentes materiais desde jogos, livros e fantoches até recursos tecnológicos podem favorecer a aprendizagem de cada criança. Nesse ponto, Nóvoa (1995) enfatiza que a formação de professores deve estar voltada para o desenvolvimento de

competências reflexivas e investigativas, permitindo-lhes adaptar e ressignificar os recursos de acordo com a realidade educacional em que atuam.

Além disso, a intencionalidade docente está diretamente relacionada à promoção da inclusão escolar. Ao planejar atividades com recursos diversificados, o professor amplia as possibilidades de participação de todas as crianças, respeitando suas especificidades cognitivas, físicas e sociais. A BNCC (2017) destaca que as práticas pedagógicas devem assegurar o direito de aprender e se desenvolver em todas as dimensões, o que implica a utilização de recursos que motivem, engajem e favoreçam a aprendizagem significativa.

Portanto, cabe ao professor assumir um papel ativo na escolha e aplicação de recursos pedagógicos, compreendendo-os como elementos estruturantes do processo educativo. A intencionalidade docente transforma materiais simples em instrumentos poderosos de aprendizagem, garantindo que a educação infantil seja vivida de maneira lúdica, inclusiva e significativa. Como afirma Libâneo (2013), a eficácia do ensino depende mais da intencionalidade e do planejamento do professor do que da quantidade de recursos disponíveis.

Dessa forma, pode-se afirmar que a ação intencional do professor é determinante para que os recursos pedagógicos cumpram sua função mediadora. Mais do que selecionar materiais, é preciso atribuir-lhes sentido no contexto da prática pedagógica, articulando-os aos objetivos educacionais e às necessidades das crianças. Assim, a escolha consciente e planejada dos recursos torna-se condição essencial para a promoção de aprendizagens significativas e para a formação integral dos sujeitos na educação infantil.

### 3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender os significados atribuídos ao uso dos recursos pedagógicos no processo de ensino-aprendizagem da educação infantil. De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa preocupa-se com o universo de significados, crenças, valores e atitudes, sendo adequada para investigações que envolvem a complexidade das práticas educativas.

Quanto à sua natureza, trata-se de um estudo bibliográfico, desenvolvido a partir da análise de obras de autores clássicos, como Piaget, Vygotsky e Libâneo, bem como de contribuições contemporâneas de Kishimoto e Hoffmann, além de documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). Segundo Gil (2022): “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (Gil 2022, p. 27).

Tal procedimento possibilitou reunir e sistematizar produções já consolidadas no campo da educação, fornecendo subsídios teóricos para a análise proposta.

Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa é exploratória e descritiva. Exploratória, porque buscou levantar fundamentos teóricos acerca do papel dos recursos pedagógicos na educação infantil; e descritiva, pois pretendeu organizar, classificar e analisar as informações coletadas, evidenciando as contribuições e limitações apontadas pela literatura.

Os procedimentos metodológicos envolveram quatro etapas principais: levantamento bibliográfico, realizado em livros, artigos, dissertações, teses e documentos oficiais; fichamento e análise das obras, destacando conceitos-chave relacionados à construção do conhecimento, mediação docente, ludicidade e intencionalidade pedagógica; categorização das informações, organizadas em eixos temáticos; e sistematização dos resultados, relacionando os achados teóricos com a prática docente e com as diretrizes da BNCC.

A análise dos materiais seguiu a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2021), que permite organizar e interpretar os dados de forma sistemática, identificando categorias e padrões de significados. Essa técnica possibilitou compreender as diferentes concepções sobre a importância dos recursos pedagógicos, bem como estabelecer conexões entre os fundamentos teóricos e as práticas educativas na educação infantil.

Por fim, ressalta-se que o estudo não teve como objetivo a coleta de dados empíricos em campo, mas a construção de uma base teórica sólida, capaz de subsidiar futuras investigações e contribuir para o aprimoramento da prática pedagógica. Assim, a metodologia adotada garante a coerência entre o problema de pesquisa, os objetivos propostos e o referencial teórico mobilizado, fornecendo consistência científica ao trabalho.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise realizada a partir do levantamento bibliográfico evidencia que os recursos pedagógicos ocupam um papel estruturante na educação infantil, pois promovem experiências de aprendizagem significativas, favorecem a inclusão e ampliam o desenvolvimento integral da criança. Os dados obtidos na revisão permitem identificar três grandes eixos: o impacto dos materiais concretos na construção do conhecimento, a mediação docente e o papel dos recursos como instrumentos culturais e a ludicidade como princípio pedagógico essencial.

O primeiro eixo diz respeito à contribuição dos recursos concretos para o desenvolvimento cognitivo, em consonância com os pressupostos de Piaget. O autor destaca que a criança aprende por meio da ação sobre os objetos e da interação com o meio físico, construindo progressivamente estruturas mentais mais complexas. Para Piaget (1994, p. 27), “a inteligência constrói-se por meio da ação sobre o meio e da transformação dessa ação em estruturas mentais cada vez mais complexas”. Esse entendimento encontra respaldo em práticas pedagógicas que utilizam blocos lógicos, jogos de encaixe, materiais de manipulação e experiências sensoriais. Ao interagir com esses recursos, a criança reorganiza seus esquemas mentais, desenvolve a lógica e amplia sua autonomia intelectual.

Entretanto, Piaget não é o único a oferecer subsídios para a compreensão da função dos recursos pedagógicos. Vygotsky (1991) acrescenta a dimensão sociocultural da aprendizagem, evidenciando que o conhecimento não se constrói de forma isolada, mas por meio da interação com os outros e com instrumentos culturais. Nesse contexto, os recursos pedagógicos são entendidos como ferramentas mediadoras que auxiliam a criança a avançar em sua Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Segundo o autor, “aquilo que hoje está na zona de desenvolvimento proximal será, amanhã, nível de desenvolvimento real” (VYGOTSKY, 1991, p. 101). Isso significa que, ao utilizar recursos como livros, imagens, fantoches ou tecnologias digitais, o professor não apenas estimula a aprendizagem imediata, mas promove avanços futuros que repercutem na

formação da autonomia e no desenvolvimento de funções psicológicas superiores, como memória, atenção e linguagem.

Os resultados encontrados também apontam para a relevância da ludicidade no processo de ensino-aprendizagem. Kishimoto (2011) afirma que o brincar é atividade essencial para a infância, sendo ao mesmo tempo prática cultural e pedagógica. Para a autora, “o jogo, ao articular prazer e conhecimento, constitui-se como uma das formas mais eficazes de estimular a criança em seu desenvolvimento integral” (Kishimoto, 2011, p. 88). A ludicidade permite à criança explorar, imaginar e experimentar, transformando a sala de aula em espaço de descobertas. A BNCC (2017) reforça essa concepção ao estabelecer que as práticas da educação infantil devem assegurar o direito de brincar, participar, explorar, expressar-se e conviver, reconhecendo a ludicidade como princípio estruturante do currículo.

Outro ponto de destaque é que os recursos pedagógicos não atuam isoladamente: sua eficácia depende da intencionalidade e do planejamento do professor. Libâneo (2013, p. 72) lembra que “os recursos de ensino são meios organizadores da aprendizagem e só têm valor pedagógico quando associados a objetivos claros e integrados ao processo de ensino”. Ou seja, não basta dispor de materiais diversificados, é necessário que o educador saiba quando, como e por que utilizá-los. Hoffmann (2003) complementa essa ideia ao afirmar que “a mediação pedagógica consciente exige do professor uma ação planejada, na qual os recursos sejam utilizados para provocar a investigação, a reflexão e o pensamento crítico” (p. 49). Isso significa que a formação docente exerce papel decisivo na efetividade do uso de recursos pedagógicos, pois prepara o professor para selecionar, adaptar e ressignificar materiais de acordo com as necessidades e especificidades das crianças.

A revisão ainda evidencia que os recursos pedagógicos promovem a inclusão, especialmente quando adaptados às diferentes realidades dos estudantes. Materiais de baixo custo, confeccionados a partir de sucatas e elementos recicláveis, mostram-se eficazes para ampliar a participação de crianças em contextos de vulnerabilidade social. Além disso, o uso de tecnologias

digitais, vídeos, aplicativos educativos e jogos virtuais, tem se apresentado como alternativa relevante para diversificar estratégias pedagógicas e aproximar o ensino da realidade contemporânea das crianças. Kenski (2012) observa que a inserção de recursos tecnológicos no cotidiano escolar amplia a motivação dos alunos e potencializa práticas interativas e colaborativas.

Ao articular os achados dos diferentes autores, verifica-se que o uso dos recursos pedagógicos favorece não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também dimensões socioemocionais e culturais. Durante as atividades lúdicas, por exemplo, as crianças aprendem a compartilhar, negociar regras, respeitar limites e cooperar com os colegas. Essas aprendizagens, embora não estejam restritas ao conteúdo acadêmico, são fundamentais para a formação integral do sujeito e para sua inserção crítica na sociedade.

Outro resultado importante está relacionado à perspectiva da BNCC (2017), que reconhece os recursos pedagógicos como instrumentos para garantir experiências significativas de aprendizagem. Ao orientar que o currículo da educação infantil esteja centrado em direitos como conviver, brincar, explorar e expressar-se, o documento legitima o uso dos recursos como parte indissociável do processo educativo. Isso significa que o recurso pedagógico não deve ser entendido como adereço ou complemento, mas como meio essencial para a concretização das aprendizagens.

Dessa forma, a discussão apresentada evidencia que a eficácia dos recursos pedagógicos depende de três fatores centrais: a escolha adequada dos materiais, considerando sua relação com os objetivos pedagógicos; a intencionalidade do professor, que transforma os recursos em instrumentos de aprendizagem; e a mediação consciente, que garante a inclusão e o engajamento das crianças. Assim, a integração de materiais concretos, jogos, tecnologias e práticas lúdicas ao planejamento pedagógico torna o ensino mais atrativo e significativo, fortalecendo o papel da educação infantil como base para o desenvolvimento integral da criança.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo permite afirmar que os recursos pedagógicos são instrumentos essenciais para a aprendizagem na educação infantil, pois favorecem a construção de conhecimentos de forma ativa, significativa e prazerosa. Sob a perspectiva de Piaget (1975; 1994), verificou-se que a interação da criança com materiais concretos estimula processos de assimilação e acomodação, possibilitando a reorganização de estruturas mentais e o avanço cognitivo. Vygotsky (1991; 2007), por sua vez, amplia a compreensão ao demonstrar que o aprendizado ocorre nas interações sociais, mediado por instrumentos culturais e pela ação do professor, especialmente no espaço da Zona de Desenvolvimento Proximal.

Além disso, a ludicidade, defendida por Kishimoto (2007; 2011) e reforçada pela BNCC (2017), mostrou-se elemento estruturante da prática pedagógica, garantindo que o brincar seja compreendido não apenas como atividade espontânea, mas como eixo de desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional. Os jogos, as brincadeiras e as atividades lúdicas planejadas intencionalmente promovem aprendizagens integradas e fortalecem a socialização, a criatividade e a imaginação infantil.

Outro ponto crucial identificado refere-se à intencionalidade docente. Como enfatizam Libâneo (2013) e Hoffmann (2003), a eficácia dos recursos pedagógicos não depende de sua quantidade, mas da forma como são selecionados, adaptados e aplicados pelo professor. Cabe, portanto, ao educador assumir um papel ativo na organização das situações de aprendizagem, garantindo que os recursos estejam vinculados a objetivos claros e ao desenvolvimento integral das crianças.

Diante disso, conclui-se que os recursos pedagógicos devem ser compreendidos como elementos estruturantes do processo educativo, e não como simples acessórios. Sua utilização consciente e planejada fortalece práticas pedagógicas inclusivas, dinâmicas e interativas, tornando a educação infantil um espaço de aprendizagens significativas. Para tanto, é indispensável investir na

formação continuada de professores, de modo que estejam preparados para mediar experiências enriquecedoras e para transformar materiais simples em instrumentos de desenvolvimento.

Por fim, destaca-se que este estudo, de natureza qualitativa e bibliográfica, oferece subsídios teóricos para a prática docente, mas não substitui investigações empíricas. Recomenda-se, assim, a realização de pesquisas de campo que possam observar o impacto concreto dos recursos pedagógicos no cotidiano das salas de aula, ampliando o diálogo entre teoria e prática e fortalecendo o compromisso com uma educação infantil de qualidade, inclusiva e alinhada às diretrizes da BNCC.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2021.
- BRASIL. *Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 19 set. 2025.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- KENSKI, Vani Moreira. *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- NÓVOA, Antônio. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico*. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2010.
- PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. Rio de Janeiro: LTC, 1975.
- PIAGET, Jean. *O julgamento moral na criança*. São Paulo: Ática, 1994.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.